

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.298.393 - ES (2011/0301713-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE** : MARIA AUXILIADORA SILVA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : FILIPE PIM NOGUEIRA E OUTRO(S) - ES010114  
**EMBARGADO** : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO  
DO ESPIRITO SANTO  
**PROCURADOR** : ALBERTO CÂMARA PINTO E OUTRO(S) - ES016650

**DESPACHO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por MARIA AUXILIADORA SILVA DE SOUZA, contra decisões de minha lavra, publicada em 05/11/2018.

No entanto, os Embargos de Declaração foram subscritos por advogado que não possui procuração ou regular substabelecimento nestes autos, conforme certificado a fl. 482e.

De acordo com o Enunciado Administrativo nº 3, aprovado, em 09/03/2016, pelo Plenário desta Corte Superior, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nesse contexto, exclusivamente para fins de regularidade no processamento dos Embargos de Declaração, mostra-se de rigor a providência prevista no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015, do seguinte teor: "Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível".

Dessa forma, intime-se a parte embargante para, no prazo de 5 (cinco) dias, regularizar sua representação processual, nos termos do art. 932, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
Relatora